

SITUAÇÕES GERAIS QUE INTERFEREM NA ESCOLARIZAÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO

CARMEN PARDO SALATA¹

RESUMO

Introdução/Apresentação

Este artigo sintetiza a Dissertação de Mestrado cujo tema é: Situações Gerais que Interferem na Escolarização do Deficiente Físico, tendo como **objetivo** apontar alguns eixos principais para a reflexão dessas situações presentes na vida de pessoas com necessidades especiais, para superarem as barreiras tanto físicas, intelectuais como subjetivas no acesso e permanência à escola. A **Metodologia** tem no método Crítico-Dialético a perspectiva teórica, e a história de vida para conhecer e descrever a trajetória escolar de cinco sujeitos do Centro de Educação para Deficientes Físicos em Campo Grande-MS. Critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa: deficiências diferentes entre si para determinar graus de dificuldade e/ou facilidade na trajetória escolar. **Conclusão:** Confirmou-se que os graus de deficiência limitam e/ou impedem o acesso às escolas, havendo discriminação, barreiras arquitetônicas, ausência de vontade política, dependência das instituições filantrópicas. Ainda, desconhecimento de organização política, integração social escolar, política social específica, cidadania. Recomendou-se participação de pessoas deficientes em Fóruns e Conselhos de Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais para fortalecer a demanda dos mesmos, assegurando os benefícios de proteção social garantidos pela Política Social específica.

Palavras-chave: escolarização – deficiente físico – Políticas Sociais

¹ Docente do Curso de Serviço Social-Mestre em Educação Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Campus de Toledo. cpardosalata@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apontar alguns eixos principais para a reflexão do tema: situações gerais que interferem na escolarização do deficiente físico. Com o suporte teórico do método Crítico-Dialético e a história de vida como ferramenta da abordagem qualitativa houve possibilidade de conhecer e descrever a trajetória escolar de cinco sujeitos do Centro de Educação para Deficientes Físicos em Campo Grande-MS. Como critério de escolha dos sujeitos da pesquisa: deficiências diferentes entre si para determinar graus de dificuldade e/ou facilidade na trajetória escolar. Esta é uma síntese da dissertação de Mestrado em Educação, concluída em 2000. A experiência como assistente social no Centro de Educação Multidisciplinar do Portador de Deficiência Física – CEMDEF², em Campo Grande-MS, permitiu-nos identificar um grande número de associados com pouca escolaridade³. Observamos que de um lado, todo um discurso oficial sobre os direitos sociais dos deficientes físicos, muitas leis, enfim todo um aparato “organizado” para atender pessoas com deficiência. Por outro lado, um grande contingente de deficientes fora da escola, sem mercado de trabalho suficiente, com pouca consciência sobre o seu papel como cidadãos.

DESENVOLVIMENTO

Considera-se Pessoa Portadora de Deficiência Física

Aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão normal para o ser humano (Corde, 1996). As Pessoas Portadoras de deficiências-PPDs podem ser pessoas com deficiência física (afetadas na sua mobilidade e coordenação motora), com deficiência mental (prejudicadas no seu funcionamento cognitivo, emocional, intelectual significativamente abaixo da média), com deficiência sensorial (surdas, cegas ou com

²Essa entidade foi fundada como associação legalmente constituída em 1991, é uma organização não governamental sem fins lucrativo resultado da organização política de parte dos deficientes físicos de Campo Grande – capital de Mato Grosso do Sul. Esse movimento de organização foi feito ao longo de dez anos aproximadamente, com a coordenação de Luiz Antonio Mecnas que atualmente cumpre a segunda gestão na presidência do CEMDEF.

³ Dados obtidos através de consultas às fichas individuais dos associados.

visão subnormal). Podem ser também pessoas com deficiência múltipla associação de mais de uma deficiência. (CORDE, 1996)

Existem divergências entre autores a respeito do termo “portador”, e segundo Amaral (2000, p.8) “portar uma deficiência não é um termo adequado, por não ser possível “deixar” a deficiência em casa quando saímos para a escola ou para o trabalho; portamos objetos como óculos, carteira. De acordo com este raciocínio, o autor recomenda a substituição dos termos portadores de” para “pessoas com”. Esta pesquisa constou duas atividades: uma teórica (de fundamentação conceitual) e outra empírica (de coleta de dados) desenvolvendo-se simultaneamente, uma auxiliando a outra, no sentido de atingir o objetivo proposto. Na primeira fase, realizamos a revisão bibliográfica, centrada em especialistas que tratam da questão do deficiente físico, concomitantemente, aplicamos o instrumento da pesquisa (entrevista) aos sujeitos selecionados com o apoio de um Roteiro Orientador. Atribuímos nomes fictícios para os sujeitos para preservar a identidade dos mesmos. Marcelo: solteiro, cadeirante, aos 3 (três) anos de idade começaram a aparecer as primeiras dificuldades para andar. Sua família é composta de 7 (sete) pessoas com situação econômica precária, são trabalhadores assalariados. Entre seus 4 (quatro) irmãos apenas 1 (um) apresenta a mesma doença, ou seja distrofia muscular. Marcelo concluiu o ensino fundamental em julho de 1998, iniciou a fase posterior (5ª a 8ª) também em 1998 e a concluiu no mesmo ano, pois cursou o supletivo. Foi aprovado no vestibular em 1999 e, atualmente no ano de 2000, está cursando História na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Alice: nasceu sem a mão esquerda. É de uma família pequena de 4 (quatro) pessoas, compreendida numa faixa de renda insuficiente para as suas principais necessidades de subsistência. Alice é divorciada, tem uma filha de 5 (cinco) anos, concluiu o ensino fundamental, em 1998, está frequentando um curso preparatório para o vestibular; trabalha como telefonista. Vanda: conclui o ensino superior, em 1998, é psicóloga, nasceu sem os braços, isto é, suas mãos situam-se na região dos ombros. Vanda faz parte de uma família numerosa de 8 (oito) pessoas, com uma situação econômica média-baixa. (em torno de dez salários mínimos). Vanda trabalha com seleção e treinamento de recursos humanos. José: é artista plástico, teve poliomielite e usou muletas canadenses até 1998. Atualmente é cadeirante. Concluiu o ensino fundamental em 1985 e não deu continuidade aos estudos; sua família é pequena, com 4 (quatro) pessoas sendo o único deficiente físico; faz teatro e produz artesanato. José é solteiro, de família pobre cuja renda não excede em cinco salários mínimos. Antônio: teve poliomielite

com 2 (dois) anos de idade e atualmente usa muletas. Fez curso profissionalizante em Contabilidade. É casado, tem uma filha de 2 (dois) anos. Pretende continuar seus estudos e tem interesse na área de economia. Antonio foi criado por uma família pequena composta por 3 (três) pessoas: ele, sua mãe e sua avó. Seu trabalho é de Contador em uma ONG -Organização não governamental. Os itens da entrevista foram organizados por meio de um roteiro: -Identificação (dados pessoais); II – Tipo de deficiência; III – Relação com a família (composição familiar); IV – Relação com a escola (trajetória de vida e sua relação com a escola). Na análise das entrevistas procuramos conhecer a trajetória escolar percorrida pelos deficientes físicos através de sua inserção no sistema escolar. Dessa forma a pesquisa abrangeu uma dimensão social mais ampla, até para compreender melhor as implicações sociais implícitas nessa questão. Na última década há mais debates por alguns setores da sociedade em torno da aceitação do cidadão deficiente físico, de modo geral. Entretanto, ainda encontramos muitas resistências e dificuldades quando se trata da integração social desse deficiente na sociedade, especialmente à escola. Para Monteiro (1997) as práticas educacionais são discriminatórias, tanto a comum como a especial, exigindo, portanto, uma mudança de concepção. Para ele o conceito de integração ainda é entendido como decorrência de boa vontade dos professores, alunos e pais, constituindo um grande desafio para a educação especial em todo o mundo, pois esse contexto é preciso questionar se realmente essas pessoas estão integradas à sociedade. A integração está compreendida nas dimensões, individual e social, portanto, passível de construção. Por esse foco o autor refere-se à qualidade das relações entre a família e o deficiente, a comunidade e a escola como de primordial importância. Ainda, por ser um processo, todas as ações requerem uma participação convergente para a educação. Nos estudos de Apolloni e Cooke (1999) foi observado que a integração não depende de um único fator, como a ocupação do mesmo espaço físico por indivíduos normais e especiais. A interação entre eles vai depender de programas especiais. Alguns estudiosos acreditam que não há um momento preestabelecido para a integração, em salas comuns, de alunos que freqüentam a classe especial. Em estudo realizado por Manzini com diretores de escolas públicas o objetivo foi investigar a concepção que esse profissional teve sobre o tema integração. (Manzini, 1999, p.11) As concepções foram as mais diversas não existindo um consenso na prática pedagógica, porém compreendida como importante a participação do aluno deficiente em principais atividades com crianças comuns. Para a maioria dos estudiosos desta área nem sempre a separação física significa necessariamente

segregação, assim como a proximidade física não é garantia de integração. Há necessidade de interação efetiva entre deficientes e não deficientes; deve haver compatibilidade entre ensino regular e especial; alunos e professores e a comunidade escolar devem manter o convívio social. Procuramos refletir sobre o objeto da pesquisa propriamente dita, na qual situamos o significado da escolarização na vida do deficiente; os depoimentos dos entrevistados revelaram suas trajetórias de vida e a relação com a escola, incluindo a família como suporte fundamental para o acesso à escolarização. Abordamos as condições gerais que interferem na vida escolar do deficiente físico, sua relação com a comunidade escolar considerando a participação da direção, dos professores e colegas, por meio dos seus depoimentos.

SIGNIFICADO DA ESCOLARIZAÇÃO NA VIDA DO DEFICIENTE

Nos últimos anos as questões gerais a respeito da educação estão mais do que nunca em pauta; a idéia de que a educação “resolve tudo” se tornou muito forte em nossa sociedade. Sabemos que a educação faz parte de uma complexa estrutura sócio-política e econômica e não pode, isoladamente, resolver problemas. Por outro lado, como parte dessa estrutura, a área da educação deve propor estratégias capazes de interferir nesse processo. Escolarização pode ser entendida como um processo de integração da pessoa à educação formal, com a participação máxima e plena através do acesso a todas oportunidades em condições de igualdade. Como exemplo podemos citar: acesso à escola, ao mercado de trabalho e as políticas públicas. Nesse sentido considerando que as pessoas deficientes têm oportunidades diminuídas para freqüentar a escola, “a lei” reforça o sentido de proteção (compensação) para todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS-1998) classifica as deficiências em: Deficiência Física, Mental, Auditiva, Visual e Múltipla. De acordo com a OMS-1989 a estimativa da Prevalência de deficiências no Brasil é: Deficiência Mental: 5%; Física 2,0%; Auditiva: 1,5%; Visual: 0,5%; Múltiplas: 1,0%, no total de 10%, com destaque para a deficiência física com 2% , em segundo lugar do total geral. Para os deficientes físicos em geral todas as condições materiais precisam ser “duramente conquistadas”, pela própria limitação física que muitas vezes interfere, impedindo ou dificultando suas vidas. Nem sempre o seu acesso à escola é realizado de forma tranqüila, e até mesmo a sua permanência acontece de forma diferenciada, se comparadas com os alunos não deficientes físicos. Suas reivindicações são: condições

como maior número de escolas adaptadas com eliminação de barreiras arquitetônicas, maior empenho e maior compromisso político em todas as esferas de governo. Com relação ao trabalho, o mercado exige que os trabalhadores continuem estudando permanentemente a fim de se manterem no mundo produtivo global; exige também o desenvolvimento de habilidades, intelectuais, atendendo, assim, às inovações tecnológicas. Nesse contexto estão incluídos indivíduos deficientes e não deficientes, formando o grande contingente populacional do país. Para esses portadores de qualquer deficiência a busca e o reconhecimento de ser cidadão está vinculado aos conceitos de reconhecimento de direitos universais, de igualdade, de cidadania⁴. Diante desse quadro uma alternativa que vem sendo adotada pelo deficiente físico é a sua participação mais efetiva em movimentos populares, associações, Conselhos de Direitos e Fóruns, considerados como canais de livre expressão política para reivindicar todas as condições básicas de sobrevivência cidadã, o que exige lutas concretas da população. De um lado, instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, ou uma forma de despolitizá-las para frentes menos conflituosas na relação capital-trabalho. De outro lado, espaço de expressão de interesses contraditórios das classes sociais. A luta pela nova cidadania se evidencia, também, no movimento de retorno ao Estado de direito, no debate em torno da questão dos direitos humanos. A crescente multiplicação de movimentos sociais⁵ no Brasil como forma de mobilização e criação de espaços de prática política, faz dos confrontos com o Estado (em função de reivindicações coletivas) elementos fundamentais na construção da cidadania. Há, portanto um movimento direcionado das classes subalternizadas, lutando por sua sobrevivência, organizando-se e apelando para o atendimento de seus direitos sociais como educação, saúde, trabalho, renda, alimentação e moradia. Para KOVARICK (1979). Este movimento envolve processos de esclarecimento, arregimentação, debate e mobilização, que supõe a liberdade e a resistência à opressão. A partir de 1988 as políticas sociais públicas se configuraram

⁴O conceito de cidadania é ambíguo, historicamente marcado pela perspectiva liberal e utilizado em sentidos diversos. Ora significa na perspectiva de eliminar diferenças, uma expressão de igualdade de todos, em sua acepção mais ampla conforme aponta o jurista Dalmo Dalari (1984) a noção de cidadania busca expressar a igualdade dos homens em termos de sua vinculação jurídica a um determinado Estado. Não há, portanto, cidadão que não seja cidadão de um Estado. A condição de cidadão está vinculada à legislação do Estado. Portanto, este tem o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania. O cidadão constitui uma criação do Estado que vai modificá-lo a partir de seus interesses.

⁵ Os movimentos sociais são definidos como um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana. A questão dos movimentos coletivos, seus impactos, sintetiza a convergência de dois aspectos: por um lado, a dinâmica da ação do Estado, e por outro lado, as bases e os fatores populares da ação coletiva numa determinada conjuntura. Considerado como fenômeno político numa sociedade em movimento tem como horizonte de ação reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida. Os movimentos sociais estão relacionados com a determinação e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas. Dalmo Dalari (1984)

através de uma nova organização, tendo como diretriz a descentralização, como estratégia de gestão pública. Particularmente no campo educacional o Ministério da Educação tem se voltado com mais atenção para a Educação Especial, desde 1996, quando incorporou os “portadores de deficiências e necessidades especiais” em suas ações mais específicas. Nesse aspecto, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB refere-se à Educação Especial (artigos 58, 59 e 60) de forma mais ampla se comparada com a mesma legislação de décadas anteriores. É preciso compreender que essa mudança não está atrelada a nenhum reconhecimento humano, de justiça social, de natureza ética. A intenção de incluir o portador de deficiência na escola tem como base o desenvolvimento da força de trabalho exigido pela sociedade moderna, pela construção da cidadania. Apesar desses movimentos ainda não serem muito expressivos, o deficiente físico começa a conscientizar-se de que somente através deles é que poderão advir os benefícios que pleiteia. Essa nova posição se contrapõe ao que dispunha a Educação Especial da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - (Lei n° 4024/61) que, apesar de representar um considerável avanço em matéria de legislação educacional, nas condições gerais da época não incorporou diversos direitos já reivindicados pela população. Os preceitos constitucionais atuais determinam que o direito à educação das pessoas portadoras de deficiências deve ser garantido pelo Estado por meio de um “Atendimento educacional especializado” preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso II da Constituição Federal). O artigo 2° da Lei Federal n° 7853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, também explicita que “Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação”

TRAJETÓRIA DE VIDA da Pessoa Deficiente E A RELAÇÃO COM A ESCOLA

Na escolarização comum o processo de integração do indivíduo à sociedade é realizado de forma completa, diferenciando-se da escolarização do indivíduo deficiente. Ao fazer uma comparação, as diferenças se sobressaem porque fogem do padrão comum de comportamento físico dos sujeitos considerados como normais. A influência do contexto social na vida do deficiente tem um peso maior que da própria patologia. O grupo coletivo altera o comportamento do deficiente influenciando-o de forma segregadora, essa alteração se processa principalmente quando existe exclusividade no

atendimento. Há inúmeros problemas a ser enfrentados: a estrutura de apoio da escola, a ausência ou insuficiência de equipamentos e materiais pedagógicos; o ambiente físico da escola; as dificuldades decorrentes da própria deficiência física do aluno e o estigma que acompanha o aluno deficiente. Sobre esse aspecto Omote (in: Manzini, 1999:51) afirma que “é a natureza da incapacidade e não necessariamente a gravidade do comprometimento que leva a estigmatização de algumas diferenças. O depoimento de Vanda confirma essa posição.

“A escola pública até a 8ª série era o centro da minha vida. Durante as aulas havia sempre um comportamento igual dos professores que justificavam-se sempre que não tinham preparo para lidar comigo. Somente eu portava deficiência. Com relação aos outros alunos existia uma diferença... erma sutis, tinham um comportamento velado eu percebia a discriminação nas “entrelinhas”. Fui desenvolvendo um mecanismo de compensação ao longo da vida acadêmica, procurando sentar-me sempre a frente; cumprindo à risca todas as exigências. Não havia outra alternativa, era um desafio constante de reação à pressão do grupo. Houve muito sofrimento para mim porque as tensões eram sucessivas. Competir para vencer barreiras externas gerou muito conflito”. (...) Os professores justificaram-se sempre por não estarem bem preparados para ‘lidar comigo’. Na escola somente eu portava deficiência. Entretanto, esse esforço de me manter integrada acabava por estabelecer um clima de muita expectativa também entre os outros alunos. Essa forma de tratamento ficou patente na minha trajetória de vida escolar porque ‘a diferença’ estava sempre presente e causava dor. As formas de se estabelecerem essas diferenças eram sutis, veladas por parte de alguns professores. Eu percebia que a minha relação era de desafio, de superar mesmo. Criei até um mecanismo de compensação ao sentar sempre lá na frente, o que facilitava para ser apontada como exemplo. Todos os dias eu me sentia desafiada para estudar mais e conseguir avançar, correspondendo além da média de desempenho esperado”. (Vanda)

Para José:

“...fui alfabetizado nesta escola onde fiz meu tratamento. Lá comecei no Jardim da Infância, passei pelo Pré-Primário até a quarta série do 1º Grau, quando tive que sair porque minha família mudou-se para Terenos, Mato Grosso do Sul. A partir daí o trajeto escolar sofreu algumas alterações muito significativas. Enquanto eu estava entre deficientes físicos, o clima era de igualdade, com diferenças apenas no tipo e grau de deficiência. Eu convivia com pessoas nas mesmas condições dentro daquela escola clínica. Até aos 12 anos de idade eu não havia sentido de perto o preconceito, a superproteção, enfim, a diferença. A mudança na minha trajetória de vida ocorreu quando passei para a escola pública, eu conheci a partir daí, 1979 aproximadamente, um outro lado da vida e do preconceito das pessoas. Em São Paulo eu estava adaptado, mas neste estado de Mato Grosso do Sul a minha trajetória de vida sofreu um abalo e foi muito difícil para mim. A relação com a escola ficou muito conturbada visto que eu saí da reabilitação e fui viver num mundo comum como qualquer outra pessoa. Em São Paulo eu estudava e vivia adaptado num meio social de deficientes físicos, uma vida muito parecida com a normal. Eu lia e escrevia, refletia sobre o mundo em atividades programadas, os grupos operativos dentro da própria escola. Ao passar para a escola pública deixei quase que totalmente ‘de filosofar’ sobre a própria vida, tratei de me adaptar à discriminação e conseguir terminar o 1º Grau.”

Antônio fez um depoimento sobre a sua trajetória de vida e a relação com a escola abordando com maior ênfase o pré-primário, aos sete anos, na década de 80:

“A minha relação com a escola foi muito sofrida mas enfrentada com muita coragem para um menino tão pequeno, 6 anos, em Três Lagoas, MS. Até então eu não tinha aparelho na perna, nem muletas, apenas me arrastava pelo chão, única forma de me locomover. A partir da 1ª matrícula, comecei a frequentar sala de aula graças à disponibilidade da minha mãe que me carregava no colo, prática que durou nos 04 anos do primário. As minhas dificuldades não eram com os professores daquela escola pública, que lecionavam para a classe toda sem me discriminar. Fui muito rejeitado pelos colegas e a lembrança do primeiro aprendizado, da alfabetização com esta experiência ainda hoje, traz muita dor. As situações de violência física de alguns meninos maiores para comigo nunca tiveram um encaminhamento eficaz por parte da Diretoria daquela escola. Eu ficava exposto à crueldade dos mesmos colegas no horário de recreio e essa experiência repetiu-se até a 8ª série. Eu era muito franzino e pequeno. Assim, minha trajetória de vida e a relação com a escola teve esse lado sombrio, de ausência de proteção. Com relação à frequência à sala de aula, bons professores, oportunidades de participar nos eventos, desempenho escolar eu sempre tive algumas dificuldades, mas nenhuma que não pudesse dar conta. Na avaliação geral em toda a minha vida tive oportunidade de estudar. Apesar de ter tido dificuldades com matemática até a 7ª série eu consegui superar, o que não aconteceu com português. Após o 1º Grau fiz o 2º Grau Profissionalizante, com o Curso de Contabilidade, tenho boa fluência verbal mas não consigo escrever bem. Quando me lembro da matemática e das tabuadas, as dificuldades que tive com elas não foram nada em comparação com as regras gramaticais. Até hoje me esforço para escrever bem, estamos quase no ano 2000” (Antonio)

Na trajetória de vida e a relação com a escola ficaram registradas algumas experiências significativas, tanto positivas como negativas. Em todas as verbalizações estão muito presentes algumas situações: a relação de dependência com a família, ausência de transporte para a escola e competição em sala de aula, alvo de comparações em seu desempenho até pelos próprios professores que os colocavam sempre em situação de destaque negativo. Alice dá seu depoimento:

“Eu sempre estudei em escola pública, mas na 1ª série é que fui perceber que ‘era a novidade’, ficava com vergonha mas não existia a revolta. Eu sabia também que a minha vontade de estudar era maior e que eu podia superar. Até a 4ª série a minha relação com a escola foi tranquila, pelo menos eu não percebia a discriminação, porque ela se apresentava de forma velada, nada explícito. Até a 4ª série eu tinha auto-estima. A minha relação com a escola modificou-se a partir da 5ª série na prática do esporte. As dificuldades foram muitas com a professora dessa disciplina e os colegas de classe. Fui literalmente excluída pela minha incapacidade de pegar a bola. Já em sala de aula eu nunca tive problemas de discriminação pelos professores e colegas, desde o 1º Grau até agora que eu estou tentando o 3º Grau. O meu esforço sempre foi dobrado pela ausência de uma mão que dificultava e não impedia. Como exemplo disso, eu posso contar que cuidava da sala, apagava a lousa, registrava os avisos. Enfim, eu podia ser igual e mostrava isso o tempo todo como uma forma de ser reconhecida, como uma necessidade vital”.

Ao compararmos o relato das dificuldades e facilidades vividas pelos sujeitos da pesquisa, o grau de limitação física foi um fator determinante em muitas situações. Durante os contatos com os entrevistados pudemos verificar que as mesmas experiências vividas em épocas distintas foram tratadas de formas diferentes. O que se verifica é uma enorme quantidade de leis referindo-se aos deficientes cuja eficácia

poucos benefícios lhes têm trazido. Para nos situarmos melhor destacamos alguns desses diplomas legais, como: Constituição Federal e as Leis infra Constitucionais (Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei Orgânica de Saúde (LOS); e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que impõe clareamento de competências setoriais específicas e reordenamento político – institucional para determinar o papel das três esferas do governo. A Constituição Federal de 1988 que aprovou as mais amplas garantias públicas da história resguardou ao deficiente os direitos de cidadania como participante da sociedade com os seguintes dispositivos: O Decreto 914/93 que instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência por meio da lei 7853/89, dispõe sobre o apoio ao deficiente, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. A Lei 8112/90 dispõe sobre os cargos e empregos públicos. Reconhece e garante parte do mercado de trabalho aos deficientes físicos, destinando-lhes até 20% das vagas oferecidas através de concursos públicos. Contudo, ainda existem situações em que os deficientes são preteridos visto que órgãos leis regulamentares, não lhes têm destinado mais estaduais, em suas que 5% dessas vagas, sem se falar de Estados e Municípios que até hoje não procederam a suas leis regulamentares. A Lei 8213/91 dispõe que a habilitação e reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiências, os meios para a (re) educação e (re) adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vivem (Figueiredo, 1997:66). Por meio desta lei fica assegurado entre 2 a 5% das vagas para pessoas deficientes em empresas com mais de 100 empregados. Na Constituição Federal de 1988 destacam-se três artigos: Art. 203 – Garante a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência física e a promoção de sua integração à vida comunitária. Art. 227 e artigo 244 – Defende e facilita acessos adequados a logradouros e edifícios públicos fabricação de veículos de transporte coletivo e adaptação dos já existentes, assegurando a participação do deficiente na vida normal de sociedade. A Lei 8.742/93 de 1/12/93, Lei Orgânica da Assistência Social, garante salário mínimo mensal aos deficientes que não possam se manter em suas necessidades básicas desde que comprovem receber renda menos que 1/4 do salário mínimo mensal. Este é um benefício não contributivo. A Lei 8.899/94 concede passe livre interestadual ao deficiente carente de recursos que, por motivo justificável, necessite deslocar-se para

outro estado da federação. Ao deficiente é, também, facultado adquirir veículo, adaptado às suas condições físicas, com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI (Lei 8.199/91 de 28/6/91), conseqüentemente Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Essa isenção fiscal lhes facilita a vida normal inserindo-os com mais facilidade no mercado de trabalho e na convivência social. Entretanto, sabemos que nem todos os artigos são auto-aplicáveis, necessitando de leis regulamentadoras (federais, estaduais e municipais), que morosamente arrasta-se pela burocracia. Ainda assim considera-se um avanço, uma vez que o exercício do direito é conquistado com mais qualidade de vida para as pessoas deficientes em geral. Com a Constituição de 1988 o Brasil passou a construir novas concepções de direitos situando o cidadão no centro das políticas públicas. As pessoas deficientes passaram a ser consideradas como cidadãos de direitos, apesar do contínuo descaso dos órgãos públicos encarregados de prestar-lhes assistência. Através dos depoimentos dos entrevistados foi possível constatar que todas as dificuldades de acesso aos direitos sociais acontecem quase da mesma forma; a diferença está no grau: para alguns foi mais fácil acessar benefícios do Estado; para outros foi mais difícil.

CONCLUSÃO

Este trabalho nos possibilitou identificar situações gerais que envolvem a trajetória escolar do deficiente físico, e a que teve maior peso foi o preconceito indiscriminado na sociedade e na própria comunidade escolar. A seguir, as barreiras arquitetônicas, ausência de vontade política dos governos, e o desconhecimento pela legislação específica da área da deficiência ocuparam a mesma posição. O conhecimento limitado da legislação e a pouca participação dos deficientes físicos na organização política ficou muito evidente na fala dos entrevistados. Os sujeitos da pesquisa patentearam a importância da instituição filantrópica no cotidiano de cada um. Nesse aspecto a instituição filantrópica foi considerada com muita relevância para estes deficientes físicos que dependem dos benefícios assistenciais para o encaminhamento de suas necessidades. Historicamente a função principal das Instituições Sociais tem sido ao longo do tempo intermediar e garantir resultados imediatos para os deficientes físicos, isto é, legitimar intervenção ao mercado de trabalho e escolas atendendo as demandas por subsistência. Existe também o reconhecimento dos próprios entrevistados de que as

instituições filantrópicas são ainda muito necessárias. Apesar de criticadas por uma grande parcela da sociedade estas organizações filantrópicas atendem ainda hoje de forma segregadora uma grande maioria desse segmento, principalmente àqueles indivíduos deficientes com dificuldades financeiras. Apesar disso, não bastam os governos destinarem recursos insuficientes às entidades filantrópicas que se dedicam à integração dos deficientes na sociedade, eximindo-se das políticas públicas e das responsabilidades decorrentes. É preciso vontade política e um apoio maior da sociedade para exigir o cumprimento das leis na satisfação dos direitos dos deficientes. Em razão desse quadro estamos convencidos de que é necessário ampliar um trabalho conscientizador a partir do próprio deficiente físico, da sua família (que deve se engajar) até da sociedade tão desinformada. Os entrevistados, sujeitos desta investigação evidenciaram a forte disposição em relatar como conseguiram passar pela experiência da escolarização. Procuraram evidenciar com muita ênfase a superação de cada dificuldade que vivenciaram, em comparação aos indivíduos não possuidores de deficiências físicas. Esta situação de comparação foi muito presente entre todos eles. O grau de deficiência física e as dificuldades de locomoção serviram de parâmetros para se analisar as condições gerais que influenciaram na vida escolar de cada um e na determinação de seus limites. Consideramos alguns fatores como fundamentais para identificar muitas outras situações que também influenciaram na trajetória escolar do deficiente físico. Algumas dessas situações são de natureza subjetiva, políticas, ideológicas e da própria organização da sociedade civil frente a uma realidade que se apresenta. Consideramos que o tema escolhido é relevante, em razão da necessidade de se identificar situações vividas pelos sujeitos da pesquisa. Os depoimentos dos mesmos deram bem à medida e os graus de cada situação vividos. A escola foi sem dúvida considerada o centro da vida de cada sujeito. As maiores e menores dificuldades ou facilidades demonstraram a realidade que envolve a vida dos deficientes físicos de forma geral. Apesar dos dispositivos legais terem sido criados para inserir os deficientes físicos no âmbito do sistema escolar em classes comuns ainda não existem recursos humanos suficientes e preparados, bem como equipamentos para atender a demanda, adequando ensino e aprendizagem em condições mais humanas. Nos depoimentos dos sujeitos entrevistados ficaram expressos que ainda existe descaso por partes de algumas escolas públicas e privadas, que consideram “ser o aluno deficiente físico como um problema de responsabilidade da família, da comunidade e por último da escola”. Comprovou-se que em suas trajetórias de vida os deficientes físicos sofreram

discriminação da escola pública, por negligência de alguns diretores e professores com relação às suas reais necessidades de alunos deficientes físicos. Provavelmente entre muitos esta negligência esteve associada também ao desconhecimento de seus direitos quanto à proteção social (Lei 7853/89). Durante o período que realizamos este trabalho verificamos que o conceito de escolarização é ainda compreendido entre os deficientes físicos de formas muito variadas. Existe um entendimento pouco claro, não se estabelecendo também diferenças entre integração social e integração escolar. Através dos grupos de estudo concluímos que a integração é um processo, não há “uma receita pronta” para integrar o deficiente físico à escola. Algumas medidas são básicas e necessárias para que isso ocorra. Entendemos que deverão ser mantidas as disciplinas específicas na grade curricular dos cursos de Pedagogia. Ainda, mais oportunidades de campos de estágio nessa área especial, bem como a oferta de uma política intensiva do MEC, na manutenção de programas de capacitação continuada. Esta medida não se aplica só para professores, mas devera estender-se para pessoas da comunidade, profissionais em geral, que tenham interesse em treinamentos periódicos. Analisamos também como necessidade, a participação de representação da escola pública nos Fóruns e Conselhos de Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais de forma sistemática, para manter o debate sobre as questões pertinentes dessa área, essa medida facilitará a compreensão das questões que permeiam a vida do deficiente físico. Essa mesma questão poderá ser analisada sobre outros aspectos, à medida que puder se constituir inclusive em uma estratégia de fortalecimento para pressionar a vontade política dos governos. Sabemos que o processo de escolarização do deficiente físico sofre influências das questões sociais à medida que recebe interferências dessa dimensão. Por essa ótica é possível afirmar que o cidadão deficiente está vulnerável desde o preconceito da sociedade, até a redução das chances no mercado de trabalho e o estigma que o classifica. Na vida em sociedade as relações interpessoais fazem parte de uma completa trama de relações, cujo contexto político e social é muito amplo e abrangente. Outro aspecto identificado como possível de interferir no processo normal na escolarização do deficiente físico foi o da auto-estima, muito presente entre os entrevistados. Segundo Marques (in: Mantoan, 1997: 19), o ser humano busca no outro a identificação do que lhe é semelhante e do que lhe é diferente. É o outro que possibilita ao indivíduo reconhecer-se como tal, decorrendo daí o seu próprio ajustamento à realidade que o circunda. Nessa relação o indivíduo passa a buscar o que existe de semelhante e diferente no outro, construindo assim, o seu auto-reconhecimento

e entrando em conflito nesse processo. Há, portanto o confronto que o indivíduo “é” o que ele pode vir a “ser”. Ainda nesse raciocínio o autor amplia sua reflexão afirmando que essa possibilidade desestrutura o seu reconhecimento originário de identificação com resultados de repulsa pela diferença. Esse é um mecanismo que faz parte da natureza humana visto hoje como um dado a mais do universo plural em que vivemos: faz parte da existência humana. Particularmente, nesta pesquisa o comportamento de mais aceitação dos próprios limites físicos esteve mais presente entre o entrevistados cujas idades são superiores a 30 anos do que os mais jovens. Porém foi de consenso na opinião dos sujeitos, que nos últimos cinco anos as campanhas oficiais por meio da televisão levou à sociedade uma discussão mais ampliada. Ainda, há necessidade que no interior das escolas, um trabalho contínuo de ações educativas sobre as necessidades dos cidadãos deficientes físicos.

BIBLIOGRAFIA

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Fórum Nacional de Normalização. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 1994.

BITTAR, Mariluce. A face oculta da assistência. Campo Grande: UCDB/CECITEC – MS, 1994.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil – 1988. Brasília. Imprensa Nacional, 1999.

Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-Lei 7853/89.

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90. Brasília. Imprensa Nacional,

Lei de Diretrizes e Bases da Educação - L.D.B. – n. 9394/96. Brasília, 1996.

_____. Políticas Públicas na Pesquisa em Educação Especial. Rio: de Janeiro: Editora da Universidade Federal, 1996.

Revista Integração, ano 7, n. 18 e 19, 1997, Mec -Secretaria de Educação Especial. Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial . Brasília: MEC, Série Diretrizes nº 9 , 1997.

Educação especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A “Questão Social” no Brasil. Crítica do Discurso Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COVRE, Maria de Lourdes M. (org.) A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FIGUEIREDO, G. I. P. (Coord) Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. São Paulo: GLAT, Rosana. A Integração de pessoas com deficiência física – Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Edições Científicas Ltda. SENAC, 1997.

LÜDKE, Menga e André, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa. São Paulo, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Egler.. A integração de pessoas com deficiência - MANZINI, Eduardo José. Integração do aluno com deficiência: perspectiva e prática pedagógica. CAPES /UNESP - Marília Publicações, São Paulo: 1999.

_____. A educação do deficiente físico. São Paulo: SE/CENP, 1987.

_____. Segregação e integração do indivíduo deficiente físico: depoimento de uma mãe sobre a realidade educacional concreta. São Paulo: Didática (25): 121-138, 1989.

_____. Comunicação alternativa In: CAMPELLO, J. E. e MANZINI, E. J. Educação especial. São Luiz: Imprensa Universitária, 1999.

_____. Estágio supervisionado: relato da implementação de um serviço de atendimento educacional ao deficiente físico. São Paulo: Didática (28): 173 –182, 1992.

NISKIER, Arnaldo. LDB – A Nova Lei da Educação. Uma Visão Crítica. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 1996.

KOWARICK, L. A expoliação urbana, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra 1979